



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

**CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR - EDITAL 001/2015**

**DATA DA PROVA: 04/10/2015
PERÍODO DA PROVA: MANHÃ**

CARGO: ADVOGADO

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova. Você poderá levar consigo o caderno de questões, desde que permaneça na sala até o final de período das 3 (três) horas;
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

Destaque aqui -----

ANOTE AQUI SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

Texto: Fronteiras do horror

O grito silencioso do cadáver de Ayslan Kurdi em uma praia turca fez o mundo despertar para a tragédia humanitária dos refugiados que agora chegam à Europa. Para que isso não se repita é preciso agir e não se esquecer que somos todos imigrantes

Mariana Queiroz Barboza (mariana.barboza@istoe.com.br)

A cena é chocante. O menino, de apenas três anos, rosto enfiado na areia, inerte ao vai e vem das ondas. Está vestido como qualquer menino de três anos cuidado com o carinho de mãe zelosa. Camiseta vermelha, calça jeans que mal lhe cobre os tornozelos e singelos sapatos azuis. Está morto. Assim como mortos estão seu irmão e sua mãe [...]. Talvez seja pelo sapato azul, pela pele clara ou só pelo olhar desolado do guarda que o observa, mas a imagem desse pequeno cadáver fez o mundo finalmente acordar para o drama de centenas de milhares de pessoas que têm se jogado de forma desesperada nas águas do Mediterrâneo neste verão europeu. Só nos últimos dois anos, meio milhão de pessoas se aventuraram em perigosas viagens para fugir da guerra, da fome, do horror que assola o Oriente Médio e o Norte da África. Mais de cinco mil deles tiveram o mesmo destino que Aylan Kurdi, o jovem sírio que se transformou no símbolo desta que é a maior crise migratória na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Até a manhã da quarta-feira 2, quando o corpo de Kurdi foi dar na praia de Bodrum, na Turquia, os líderes europeus estavam mais preocupados em transferir a responsabilidade do problema do que encontrar solução para o destino de uma população em movimento que só faz crescer. Pareciam, todos eles, ter se esquecido do passado recente vivido pela própria Europa. Diante do drama de famílias inteiras enfrentando as águas do Mediterrâneo, europeus do Sul e do Norte, do Leste e do Oeste, não conseguiam lembrar-se que do mesmo solo que habitam saíram dezenas de milhões de pessoas em direção ao Novo Mundo há pouco mais de um século. Até a imagem icônica do pequeno cadáver de Aylan Kurdi gritar com a força do horror, a Europa e o mundo pareciam ter se esquecido de que todos somos imigrantes.

É uma crise que só cresce. De janeiro a agosto, mais de 350 mil novos migrantes chegaram à Europa, 25% a mais que todo o ano passado. Para a chanceler alemã, Angela Merkel, a crise não é temporária. “Nós estamos diante de um desafio nacional que será central não apenas por dias ou meses, mas por um longo período de tempo”, disse. Está marcada para 14 de setembro uma reunião das autoridades europeias para tentar organizar uma resposta à altura do desafio. Mas o embate ideológico

será dos mais duros que o continente já viu. Enquanto nações como a Espanha aceitaram receber mais refugiados do que o previsto para 2015 e o primeiro-ministro britânico, David Cameron, que anteriormente havia dito que receber “mais e mais” pessoas não seria a resposta para a crise, mudou o discurso, outros líderes seguem relutantes. Na quinta-feira 3, o premiê húngaro, Viktor Orban, de centro-direita, disse que esse era um “problema alemão”.

A falta de solidariedade expressa por pessoas como Orban espanta por vir justamente de um continente responsável por grandes migrações em massa no passado. Ao longo do século 19 e início do 20, mais de 60 milhões de europeus migraram para reconstruir a vida nas Américas, inclusive no Brasil. Segundo o governo americano, entre 1820 e 1910, só os Estados Unidos acolheram mais de 25 milhões de europeus, cerca de 3 milhões apenas do antigo Império Austro-Húngaro, dois dos países que hoje são mais linha-dura com os estrangeiros. O Brasil, por sua vez, recebeu quase 5 milhões de europeus nesse período. Eram momentos distintos, é verdade, mas não raro os imigrantes que deixavam a Europa fugiam também de perseguições, da fome e da guerra.

Mundo

| N° Edição: 2388 | 04.Set.15 - 19:30 | Atualizado em 09.Set.15 - 21:31

http://www.istoe.com.br/reportagens/435235_FRONTIIRAS+DO+HORROR, acesso

10 de setembro, de 2015.

01) O título “Fronteiras do horror”, refere:

- (A) Aos ataques sofridos pelos imigrantes quando tentam entrar na Europa.
- (B) Às fronteiras como o lugar em que milhares de imigrantes são barrados e, enfrentam todo o dia de dificuldade, na tentativa de entrar, como clandestinos, nos países da Europa.
- (C) Às fronteiras como o que separa a vida adulta e a infância.
- (D) À intolerâncias dos europeus que não aceitam imigrantes, principalmente, crianças.
- (E) Ao fato de os imigrantes, apesar de seus países viverem em paz, buscarem novas oportunidades de vida.

02) Segundo o texto:

- (A) A Europa não tem condições de receber todos imigrantes, pois eles também estão em guerra.
- (B) [...] a imagem desse pequeno cadáver fez o mundo finalmente acordar para o drama de centenas de milhares de pessoas que têm se jogado de forma desesperada nas águas do Mediterrâneo neste verão europeu.
- (C) A Chanceler alemã Ângela Merkel diz que essa será uma crise duradoura, que demanda reunir as lideranças e tentar resolver a crise social.

(D) A guerra nos países do oriente médio obriga seus habitantes a fugirem para a Europa, mas lhes fornece ajuda para passarem as fronteiras.

(E) A imigração não aconteceu somente no século XXI, ao contrário, há pouco mais de um século europeus imigraram para as Américas, inclusive para o Brasil. Os americanos também receberam europeus.

03) No texto há destaque para a morte de um menino de apenas três anos. A única alternativa incorreta em relação a esse acontecimento trágico:

(A) A cena é chocante. O menino morto tem apenas três anos e não é um mendigo, ao contrário, para quem o olha Ele é uma criança, muito bem cuidada pela mãe.

(B) Os líderes europeus estavam mais preocupados em transferir a responsabilidade do problema do que encontrar solução para o destino de uma população em movimento que só faz crescer.

(C) Aylan Kurdi o jovem sírio transformou-se no símbolo desta que é a maior crise migratória na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

(D) A única pessoa que morreu, no dia 02 de setembro de 2015, foi a criança. Seus pais conseguiram passar a fronteira.

(E) Os imigrantes sempre buscam uma vida melhor e saem de seus países para fugir da fome e da violência.

04) A frase “É uma crise que só cresce.” se refere a:

(A) Morte de crianças pequenas no Mar do Mediterrâneo.

(B) À falta de embarcação que leve os imigrantes para a Europa.

(C) Imigração em massa para a Europa.

(D) Às diferenças sociais, pois enquanto alguns têm muito dinheiro, os imigrantes passam fome.

(E) À pobreza que assola os países europeus.

05) Assinale a alternativa em que as locuções sublinhadas, estão corretamente classificadas, no nível da sintaxe:

Até a manhã da quarta-feira 2, quando o corpo de Kurdi foi dar na praia de Bodrum, na Turquia, os líderes europeus estavam mais preocupados em transferir a responsabilidade do problema do que encontrar solução para o destino de uma população em movimento que só faz crescer.

(A) Adjunto adverbial de lugar, adjunto adverbial de lugar, sujeito simples.

(B) Adjunto adverbial de tempo, adjunto adverbial

de lugar, objeto direto.

(C) Complemento nominal, adjunto adverbial de lugar, objeto direto.

(D) Predicativo do objeto, adjunto adverbial de lugar, sujeito.

(E) Adjunto adverbial de lugar, adjunto adverbial de tempo, adjunto adnominal.

06) Uma cidade com população de 33 mil habitantes teve um surto de uma determinada virose. Os agentes de saúde classificaram os pacientes em tipo A com vômito e tipo B com diarreia, 4123 pessoas tiveram a virose, sendo que 2747 tiveram o tipo A e 3012 o tipo B. Que porcentagem da população que teve vômito e diarreia?

(A) 4,96%.

(B) 6,50%.

(C) 9,75%.

(D) 5,45%.

(E) 7,25%.

07) Dada a sequência a seguir:

1 1

121

1331

14641

O próximo elemento da sequência será?

(A) 161051.

(B) 15951.

(C) 110101.

(D) 15101051.

(E) 15810851.

08) Um empresário ganhou um prêmio de R\$ 120.000,00 reais e gostaria de presentear seus funcionários pelo destaque da empresa. Com isto ele dividiu o prêmio em partes proporcionalmente iguais entre seus 93 funcionários da fábrica, 15 do escritório e seus 2 gerentes. Qual será o valor destinado ao setor da fábrica?

(A) R\$ 100.000,50.

(B) R\$ 101.454,55.

(C) R\$ 90.456,45.

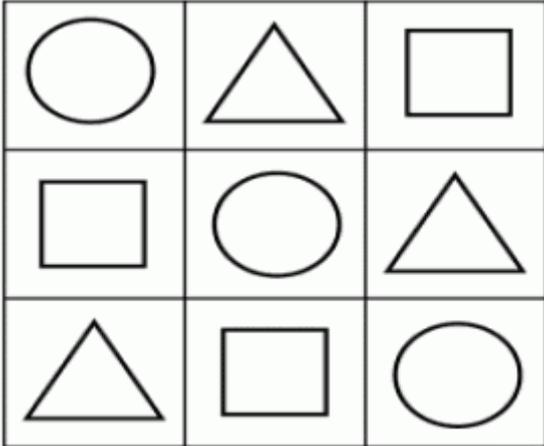
(D) R\$ 95.375,44.

(E) R\$ 105.500,25.

09) Uma determinada cidade arrecadou 3,5 milhões de reais em IPTU e deste valor vai investir 30% em consertos em praças. Qual o valor que o secretário de obras poderá gastar em tais consertos?

- (A) R\$ 1.000.500,00.
- (B) R\$ 1.500.500,00.
- (C) R\$ 1.050.000,00.
- (D) R\$ 1.550.500,00.
- (E) R\$ 1.050.500,00.

10) Na figura a seguir visualizamos quantos quadrados?



- (A) 3.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 17.
- (E) 20.

11) Primeiro prefeito do município de São João do Ivaí foi:

- (A) Aparecido Bezerra Guedes.
- (B) José Francisco de Queiroz.
- (C) Jacinto Mandelli.
- (D) Orozimbo Martins.
- (E) Acyr Leonardi.

12) A data de instalação do município de São João do Ivaí foi:

- (A) 28 de abril de 1955.
- (B) 20 de dezembro de 1964.
- (C) 20 de fevereiro de 1967.
- (D) 13 de maio de 1948.
- (E) 05 de abril de 1989.

13) Recentemente foi regulamentada a emenda constitucional que ficou conhecida como PEC das Domésticas. Dentre os itens abaixo, qual foi vetado:

- (A) Obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador.
- (B) Seguro contra acidentes de trabalho.
- (C) Salário-família.

- (D) Demissão por justa causa quando viola a intimidade do empregador doméstico ou de sua família.
- (E) Indenização em caso de despedida sem justa causa.

14) A Lei Complementar que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conhecido como Super Simples, já passou por várias alterações. Mas esta lei base modificou uma série de procedimentos para as empresas afetadas. Esta lei complementar é a:

- (A) Lei nº 123/2006.
- (B) Lei nº 10406/2002.
- (C) Lei nº 321/2006.
- (D) Lei nº 11326/2006.
- (E) Lei nº 116/2003.

15) Quanto ao Processo Cautelar, é INCORRETO afirmar:

- (A) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.
- (B) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.
- (C) O indeferimento da medida não obsta a que a parte intente a ação, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.
- (D) Cessa a eficácia da medida cautelar se não for executada dentro de 30 (trinta) dias.
- (E) É defeso ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que não poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

16) Tendo em vista o Regimento Interno da Câmara do Município de São João do Ivaí, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O mandato da mesa será de um (01) ano, permitida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo, na eleição subsequente.
- (B) Compete privativamente ao Presidente da Câmara, dentre outras, manter a ordem no recinto da Câmara, sendo defeso solicitar a força necessária para esse fim.
- (C) O presidente não poderá apresentar proposições, nem tomar parte nas discussões, sem passar a presidência ao seu substituto.

(D) Sempre que não houver determinação explícita, as deliberações serão por maioria absoluta, presente a maioria simples dos vereadores.

(E) Comprovada a irregularidade, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis no âmbito político administrativo, através de Resolução aprovada por 1/3 (um terço) dos Vereadores presentes.

17) De acordo com a Lei Orgânica do Município de São João do Ivaí, é CORRETO afirmar que:

(A) O Município manterá os livros que forem necessários aos registros de seus serviços, que não poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, mesmo autenticados.

(B) O Prefeito fará publicar relatório da execução orçamentária, até 60 (sessenta) após o encerramento de cada bimestre.

(C) Compõem o Planejamento Municipal o Plano Plurianual e o Plano de Diretrizes.

(D) As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário Municipal ou equivalente da administração da prefeitura, exceto as declarações de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

(E) A publicidade dos atos, programas, obras e serviços, deverá ter caráter educativo, podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

18) Tendo em vista o Regimento Interno da Câmara do Município de São João do Ivaí, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A Câmara tem funções legislativas e exerce atribuições de fiscalização financeira, orçamentária, patrimonial, controle e assessoramento dos atos do Poder Executivo e pratica atos de administração interna.

(B) A função legislativa consiste em elaborar leis referentes a alguns assuntos do município, respeitadas as reservas constitucionais da União.

(C) A função de fiscalização e controle de caráter político atinge os agentes administrativos do município.

(D) A função administrativa, consiste em sugerir medidas de interesse público ao executivo, mediante indicação.

(E) A função de assessoramento é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo, estrutura e direção de seus serviços auxiliares.

19) Com relação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) No exercício das funções de fiscalização, o Tribunal de Contas, através de inspeções e auditorias, acompanhará a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos Poderes Públicos, estadual e municipal e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

(B) Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado às inspeções ou auditorias do Tribunal de Contas, a qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade.

(C) Responderá pelos prejuízos que causar ao erário o ordenador de despesa, o responsável pela guarda de bens e valores públicos ou aquele que autorizar ou der causa direta ou indiretamente ao gasto irregular.

(D) A decisão em processo de tomada ou prestação de contas é definitiva.

(E) O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.

20) Sobre os Servidores Públicos, é CORRETO afirmar:

(A) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará apenas o grau de responsabilidade dos cargos componentes de cada carreira.

(B) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

(C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

(D) Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite mínimo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

(E) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

21) Sobre Administração Pública, é CORRETO afirmar:

I) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas,

terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

II) Somente por lei especial poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

III) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato, os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes e a remuneração do pessoal.

IV) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo e informativo, exceto de orientação social.

- (A) Apenas as afirmativas I e II.
- (B) Apenas as afirmativas II e III.
- (C) Apenas as afirmativas I e III.
- (D) Apenas a afirmativa IV.
- (E) Apenas as afirmativas I e IV.

22) Dispõe a Carta Magna sobre o Poder Judiciário, assim, é CORRETO afirmar:

- (A) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, sendo desfeito a ampla defesa.
- (B) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto de 2/3 de seus membros.
- (C) Cabe ao Supremo Tribunal Eleitoral processar e julgar o mandado de segurança, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal.
- (D) Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça na primeira fase do processo.
- (E) Os pagamentos devidos pelas Fazendas

Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

23) No que diz respeito aos Atos Jurídicos junto ao Código Civil, é INCORRETO afirmar:

- (A) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido, e, a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- (B) Prescreve em 01 (um) ano a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- (C) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- (D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- (E) Farão a mesma prova que os originais as certidões textuais de qualquer peça judicial, do protocolo das audiências, ou de outro qualquer livro a cargo do escrivão, sendo extraídas por ele, ou sob a sua vigilância, e por ele subscriptas, assim como os traslados de autos, quando por outro escrivão consertados.

24) Com base na Lei de Introdução ao Código Civil, considere as seguintes assertivas:

- I) **A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família, assim, realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.**
- II) **O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de 01 (um) ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país. O Superior Tribunal de Justiça, na forma de seu regimento interno, poderá reexaminar, a**

requerimento do interessado, decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, a fim de que passem a produzir todos os efeitos legais.

III) Para qualificar e reger as obrigações aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem, destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, poderão ser dispensadas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

IV) Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação. As autoridades consulares brasileiras também poderão celebrar a separação consensual e o divórcio consensual de brasileiros, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, devendo constar da respectiva escritura pública as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.

Está(ão) incorreta(s):

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV.
- (C) Apenas as afirmativas II, IV e V.
- (D) Apenas a afirmativa III.
- (E) Apenas as afirmativas I, II e V.

25) Dispõe o Código de Processo Civil sobre os Procuradores, assim, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes. Nestes casos, o advogado se obrigará independentemente de caução, a exhibir o instrumento de mandato no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável até outros 15 (quinze), por despacho do juiz. E, os atos, não ratificados no prazo, serão havidos por inexistentes, respondendo o advogado por despesas e perdas e danos.

(B) Compete à parte quando postular em causa própria declarar, na petição inicial, o endereço em que receberá citação.

(C) Ao advogado é defeso requerer, como

procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias.

(D) Os atos, não ratificados no prazo, serão havidos por existentes, não respondendo o advogado por despesas e perdas e danos.

(E) A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ser-lhe-á ilícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, no caso de falta de advogado no lugar ou recusa ou suspeição dos que houver.

26) Quanto ao Processo e Procedimento no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

(A) Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados, salvo se não for admissível, a seu respeito, a confissão, e, se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público registrado em cartório da substância do ato.

(B) Depois da contestação, é ilícito deduzir novas alegações relativas a direito superveniente.

(C) Verificando que a exceção não tem fundamento legal, o tribunal determinará o seu arquivamento, não podendo o juiz condenar nas custas processuais e multa.

(D) Serão julgadas em sentenças separadas a ação e a reconvenção.

(E) Na ação de exibição de documentos, o requerido dará a sua resposta nos 5 (cinco) dias subsequentes à sua intimação. Se afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por qualquer meio, que a declaração não corresponde à verdade.

27) O Código de Processo Civil abrange um título sobre RECURSOS, desta forma, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) São cabíveis os seguintes recursos: apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, e, embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

(B) Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão excluirá o dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.

(C) A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer, considerando-se aceitação tácita a prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer.

(D) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença

que homologar a divisão ou a demarcação, condenar à prestação de alimentos, decidir o processo cautelar, rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes, julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem, e, confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

(E) Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

28) No que tange a Lei de Responsabilidade Civil (LC nº 101/2000), analise as assertivas abaixo:

I) No prazo de sessenta dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

II) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e, declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

III) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

IV) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% (cinquenta por cento) no primeiro.

V) Os contratos de operação de crédito externo conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

Está(ão) correta(s):

- (A) Apenas as afirmativas I e II.
- (B) Apenas as afirmativas II e III.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV.
- (D) Apenas as afirmativas III e V.
- (E) Apenas a afirmativa V.

29) Ainda sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, é CORRETO afirmar que:

(A) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

(B) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos dois anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

(C) Considera-se obrigatória de caráter aleatório a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

(D) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos seis imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

(E) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos o Poder Executivo e o Poder Municipal.

30) Dentre os requisitos necessários para realizar qualquer execução na responsabilidade patrimonial, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com alguns de seus bens futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.

(B) Não ficam sujeitos à execução os bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.

(C) Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade senão nos casos previstos em lei, além disso, o sócio,

demandado pelo pagamento da dívida, tem direito a exigir que sejam primeiro excutidos os bens da sociedade.

(D) O espólio não responde pelas dívidas do falecido, mas, cada herdeiro responde por elas na maior proporção na herança que lhe couber.

(E) Os bens do fiador não ficarão sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação do direito do credor.